



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 24/05/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todas e a todos. Na qualidade de presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 9ª Audiência Pública semipresencial desta comissão do ano de 2022.

Esta audiência tem como objetivo debater o PL 560/2016, do Executivo, ex-Prefeito Fernando Haddad, que dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares no Município de São Paulo.

Já informo que as inscrições estão abertas aqui à minha esquerda.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparência/auditórios-online; também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Convite para esta audiência foi publicado nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* no dia 21/5/2022, e vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* também desde o dia 21/5/2022.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 20/5/2022 no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audiênciapúblicavirtual.

Foi convidado para esta audiência o Secretário Municipal da Casa Civil, Sr. Fabricio Cobra Arbex. Não o vejo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ele está a caminho. Já vou colocar aqui como *okay*.

Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Soninha Francine Gaspar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está com covid? Nossa!

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – De fato, ela está de... Fui informado agora, então desejamos melhora à nossa querida Secretária.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É, está aqui justificando que se encontra afastada por motivo de saúde, testou positivo.

Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Sra. Fabiana Zacarias Cesário Feitosa. (Pausa) Secretária Executivo de Gestão, Sra. Marcela Cristina Arruda, representada pelo Pedro Said Valverde, Coordenador, é isso? Presencial? (Pausa) Então pode compor a mesa, quem estiver. Ah, sim, ele está de forma *on-line*. Obrigado, Pedro, pela presença.

Os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, a sociedade em geral.

Passemos ao item da pauta.

- “PL 560/2016, de autoria do Executivo - Fernando Haddad. Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares no município de São Paulo.”

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Meus companheiros e companheiras, nós precisamos ir até, digamos, 11h55. Acho que dá para fazer um bom debate. São 10h da manhã. Ao meio-dia tem outra audiência aqui mesmo sobre transformar a Praça Princesa Isabel em parque.

Presença física do nosso querido Vereador André Santos, Líder do Republicanos.

Muito bem. As inscrições estão abertas. Vamos tentar procurar um tempo de três minutos. Obviamente, os coordenadores que prepararam algum trabalho nesse sentido de apresentar...

André, tudo bem?

Obviamente, a coordenação pode usar um pouco mais de tempo, não há dificuldade quanto a isso.

Neto, você tem uma exposição a ser feita, é isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Então todos concordam? Vereador André Santos?

Por parte da Secretaria eu até acho que eles concordariam que faríamos primeiro a exposição de vocês. *Okay?* Nesse tempo chega o Secretário.

Ô, Secretário. Bom, uma salva de palmas, porque sempre presente. (Palmas)

Eu costumo dizer o seguinte: mesmo que ele não traga boas notícias, mas o fato de estar presente, o esforço que tem feito há de ser louvado.

Secretário, eu estou propondo aqui... Eles têm uma exposição, o Neto vai fazer uma exposição na condição de coordenador. Acho que seria razoável, não é, Vereador André Santos? Que ele já colocasse imediatamente e a gente passaria a palavra ao senhor. *Okay?*

Neto, você tem base de quanto tempo demora?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dez minutos.

Às 11h o Secretário pede para sair. Não tem problema. Eu verifiquei sua agenda hoje, eu percebo sua disposição.

Muito bem. Então vamos assistir e ouvir uma exposição feita pela coordenação dos conselheiros e conselheiras.

Neto, a tribuna para você é confortável? Então está bom. À disposição.

Nós estamos com um problema técnico aqui, que caiu o chamado Teams.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, as inscrições estão abertas, Mário.

Ele caiu, mas ele volta? É, Neto, acho que não estão querendo sua exposição não.

Deu agora? (Pausa)

O SR. JOSÉ NETO – Pessoal, bom dia. Tudo bem? Ainda está tentando resolver o problema técnico aqui. Eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Neto, o Líder do Governo Riva também passa por... pegou a danada da covid, está *on-line* conosco. Daqui a pouco aparece a imagem.

Agradeço a presença *on-line* e desejamos uma boa recuperação ao nosso Líder do Governo Fabio Riva.

O SR. JOSÉ NETO – Excelente.

Pessoal, a lista de presença está *on-line* no grupo da Cidade. Por gentileza, entrem lá e respondam à lista de presença, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Presença do ilustre Vereador Sansão Pereira. Por favor, componha a mesa. (Palmas)

O SR. JOSÉ NETO – Olá, pessoal. Mais uma vez, bom dia a todos e a todas as conselheiras; bom dia à Mesa. Agradeço a oportunidade ao Presidente da Comissão por ceder este espaço para a gente fazer uma breve apresentação referente à questão do conselho tutelar e todas as lutas que a gente tem vivido, não de dias ou meses, mas de anos que a gente tem lutado pelo direito de criança e adolescente.

Muitas das vezes essa luta tem sido desigual, porque ao mesmo tempo em que a gente tenta garantir o direito da criança e do adolescente, os nossos próprios direitos no dia a dia acabam sendo violados por falta de condições de trabalho.

Dito isto, o primeiro *slide* eu faço um informativo, que o conselho tutelar é um órgão autônomo, permanente, não jurisdicional, é encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos na Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que também traz o cargo de conselheiro como exercício efetivo da função de conselheiro constitui serviço público relevante.

Próximo, por gentileza.

Aqui em São Paulo, o Conselho Tutelar está instituído em 52 unidades, atuando nos 32 territórios administrativos das subprefeituras e também atendendo diretamente aos 96 subdistritos da Capital. Estamos hoje vinculados à Secretaria de Direitos Humanos. Hoje temos 260 conselheiros e conselheiras e 52 suplentes, na ausência de um dos titulares.

Próximo.

Aqui está basicamente o mapa da Capital e como que os conselhos estão instalados

dentro de cada território.

Próximo.

Eu fiz uma pesquisa com alguns dados e aqui eu acho muito interessante fazer essa exposição, porque a gente vai expor um pouquinho do que é a realidade do conselho e o que é a realidade também dos conselheiros.

Aqui nós temos, na cidade hoje de São Paulo, se você calcular aí o número entre segundo, terceiro, quarto mandato, ou quinto mandato, nós temos aí aproximadamente 83% de conselheiros que estão há mais de dois mandatos lutando pelo direito da criança e adolescente; e uma parcela menor...

Aliás, 83% não. Perdão da informação, pessoal.

Quarenta e dois por cento são de novos, primeiro mandato e 58% de conselheiros que estão acima de dois mandatos. Próximo, por gentileza.

A escolaridade que sempre foi um ponto colocado para os conselheiros porque tinham baixa escolaridade. A realidade nossa é esta: quase 60% dos conselheiros, hoje, têm nível superior; 32% ensino médio; 2% ensino técnico, apenas 7% ensino fundamental. Ou seja, é uma taxa bem pequena, principalmente, o pessoal com o ensino fundamental tem um grande desejo de aprendizado, também estão buscando aprimoramento e voltar ao banco acadêmico para finalizar a sua escolaridade. Próximo.

Dentro dos profissionais que atuam hoje no Conselho Tutelar, há uma gama da Assistência Social, pessoas com formação em Direito, Administração, Gestão Pública, Filosofia, Arte, Teologia, Biologia, Pedagogia e assim vai. Então a gente vê que há sim conselheiros que têm capacidade técnica e conhecimento nessas áreas.

Porém nos falta muito a capacitação dentro do Município para que todos tenham condições iguais de atuar como conselheiro tutelar. Próximo.

Aqui a gente faz um pequeno recorte do conselheiro tutelar e a sua família. É um dado bastante expressivo, 83% de conselheiros constituídos de famílias com filhos, apenas 17% não têm filhos. Próximo, por gentileza.

Quanto à nossa remuneração atualmente. A gente fez uma pergunta simples e básica: a sua remuneração tem contemplado suas necessidades? Noventa e cinco por cento dos conselheiros disse “não”. Infelizmente, hoje, a remuneração da capital de São Paulo não contempla a realidade vivida por cada conselheira e cada conselheiro. Apenas 5%, número bem pequeno, de pouca expressão, que o salário atual contempla as necessidades básicas. Estamos falando de necessidade básica, nada de surreal. Próximo, por gentileza.

Aqui a gente vem trazer um pequeno recorte sobre o plantão de sobreaviso que é uma questão muito sensível na cidade de São Paulo. Trata-se de algo que, mudando a legislação, pode impactar negativamente, dependendo do que for colocado no texto, na atuação do dia a dia do conselheiro tutelar. Por gentileza, próximo.

Aqui nós fizemos um recorte de qual era o formato de plantão adotado na Cidade, percebe-se que, praticamente, 98% da cidade de São Paulo há um plantão de sete dias. Como assim? Geralmente pega na segunda e entrega na segunda, o outro pega na sexta e entrega na sexta, em alguns casos pegam o celular de plantão na quarta e entregam na quarta. Basicamente, o padrão de plantão dentro da Cidade o conselheiro fica sete dias à disposição noturna, 14 horas na semana, final de semana vai muito além de 14 horas, porque ele fica das 18h da sexta-feira até 08h da manhã da segunda-feira. Imaginem que pela exposição como não fica a saúde desse conselheiro. Próximo, por gentileza.

Aqui estão registrados a quantidade de vezes que o Conselho é acionado. Na maioria das ocasiões, durante a semana, o conselheiro é acionado de uma a três vezes; há outro índice que é de três a cinco vezes e também cerca de 11% de cinco a sete vezes. Ou seja, praticamente todos os dias da semana acaba sendo acionado. Próximo, por gentileza.

Aqui o registro é, mais ou menos, de quem aciona os conselheiros nos períodos do sobreaviso. Nós temos uma grande porcentagem que são as delegacias. Vamos colocar todos como força de segurança, ou seja, delegacias, Polícia Militar e GCM. No segundo item, estão os hospitais, UBSs, UPAs e CAPs que também costumam acionar os conselheiros; escolas em geral, principalmente quando dá o horário de entrega das crianças, no final da tarde, os pais e

mães não comparecem, acabam acionando o conselheiro para ir buscar aquela criança.

Dessa forma, vemos o tanto de desvio de função da atividade do Conselho Tutelar nesta cidade.

Aqui nos espanta muito é a questão da própria assistência, uma vez que ela está com a criança e com o adolescente e ela é o órgão de proteção, ela quer declinar ao Conselho Tutelar que leve aquela criança para algum lugar ou faça alguma coisa que remete a atividade do Conselho indevidamente.

Aqui há porcentagens menores e os próprios munícipes que também entram em contato. Quando os munícipes entram em contato, eu mesmo sei que é questão de conflito familiar, ou guarda, que também não é parte da atividade conselheira, porque é uma questão judicial, com a necessidade de constituição de advogado, entrando no devido processo legal. Próximo, por gentileza.

Aqui estão alguns motivos pelos quais o conselheiro é acionado. Dentre eles: as crianças em situação de rua que deveriam estar sendo assistidas e atendidas pelo serviço de abordagem especializado, declinam o atendimento ao conselheiro tutelar. Criança vítima de violência, criança sem pai nem mãe, ou seja, está perdida ali liga para o conselheiro tutelar para achar o pai e a mãe. Criança ou adolescente que cometem ato infracional.

O Estatuto remete que a medida do 105 seja o Conselho que aplique, que é a medida de proteção, porém o Estatuto tem uma gama referente ao atendimento de ato infracional, principalmente, cometido por adolescente que sequer tem ação do Conselho Tutelar. Ali é um trâmite legal, que tem de ocorrer pela polícia, delegado, promotoria e o Judiciário que tem de aplicar a medida. Mas, muitas vezes, o delegado usa de força coercitiva para que o conselheiro vá para a delegacia acompanhar o infrator. Próximo, por gentileza.

Essas são as medidas que estão no 101 do Estatuto, pois 44% das ações do Conselho Tutelar dentro da questão do plantão noturno se referem a acolhimento. Ou seja, o Conselho está praticamente engessado da sua ação, por que o que o conselheiro vai fazer com uma criança ou adolescente no período noturno? Acaba que a única medida seja o acolhimento.

Muitas vezes, acontece que se houvesse o serviço adequado de busca ativa na cidade de São Paulo essa família poderia ser localizada. Por não ter, o conselheiro acaba, muitas vezes, tendo de aplicar essa medida trazendo mais direito violado a essa criança ou adolescente. Próximo.

Aqui também são medidas aplicadas a pais, mães e responsáveis, a maioria delas é o encaminhamento a serviços e programas de atendimento, porém, essa medida só é possível aplicar durante o dia, porque à noite o serviço está fechado. A leitura que faço desse dado é que essa demanda fica represada junto ao conselheiro, até o primeiro dia útil, para ele dar o encaminhamento. Próximo.

Qual a forma mais frequente de atendimento do plantão? Fiz um recorte entre presencial e à distância que seria o acionamento e, muitas vezes, consegue-se resolver diretamente por telefone. À distância ficou com 31% e 54% é feito presencialmente. Aí nós precisamos ter um olhar mais cuidadoso e criterioso do porquê o conselheiro tem saído tanto à noite, para onde ele tem ido e levado essas crianças e adolescentes com a falta de serviço que há na Cidade. Mas aí o segredo está aqui na frente: por que ele vai tanto presencialmente? Por gentileza, próximo.

Aqui a gente coloca, principalmente, o que faz aquele número crescer na questão presencial se reflete aqui. Em atendimento acionado da segurança pública você já... Olhem os números. O conselheiro muitas vezes quando é acionado pela Polícia Militar, GCM ou delegacias, ele é constrangido no atendimento, é forçado ir até a delegacia, é ameaçado e intimidado. Por isso, que o número presencial está tão grande. Porque o que se descobre, quando chega lá, que não é atribuição do conselheiro, não é atribuição do órgão Conselho Tutelar. Deveria outro ator do sistema de garantia estar ali, mas, infelizmente, os olhares estão voltados apenas para o atendimento direto do Conselho Tutelar no período da noite, lembrando que é por falta de serviço.

Passe para o próximo, por gentileza.

Finalizou. Obrigado, novamente. Obrigado à Mesa, por permitir que fizéssemos a exposição. Vamos embora com os trabalhos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Caberia criar uma secretaria especial de Conselho Tutelar e assistência, pelas atribuições. É isso?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, parabéns, Neto. Obrigado por nos elucidar isso.

Registro a presença dos Vereadores Gilberto Nascimento, Marcelo Messias, Danilo do Posto de Saúde e Juliana Cardoso, que estão nos acompanhando de forma *on-line*.

O SR. FABIO RIVA – Presidente Jair Tatto?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pela ordem, sim?

O SR. FABIO RIVA – Sou o Vereador Fabio Riva. Estou debilitado por Covid, mas estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Já lhe desejamos uma pronta recuperação.

O SR. FABIO RIVA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Líder Fabio Riva.

A SRA. RUTE COSTA – Vereadora Rute Costa está presente, também, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quem?

A SRA. RUTE COSTA – Vereadora Rute Costa, querido Vereador Jair Tatto.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É. Eu confirmei, aqui. Muito bem. Uma salva de palmas, querida Vereadora...

A SRA. RUTE COSTA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu estou sem a tela, aqui. Viu, Vereadora?

Enfim, Secretário Fabricio, mais uma vez, muito obrigado pela presença. Então, passo imediatamente a palavra ao nobre Secretário da Casa Civil, Fabricio Cobra.

Eu tenho entendido que há três pontos polêmicos, basicamente: a questão salarial, o Conselho de Ética e a questão do plantão. É claro que há outras nuances, mas eu tenho compreendido que é aí que está um pouco mais difícil haver um ajuste, no substitutivo.

Contudo, vamos ouvir o Secretário. Em seguida, o Vereador Sansão Pereira me pediu a palavra. Está em aula? Em seguida, V.Exa. terá a palavra.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Bom dia a todas e a todos. Presidente Jair Tatto, obrigado pela palavra. Cumprimento o Vereador André Santos e o Vereador Sansão Pereira, que também está presente, bem como o nosso Líder Fabio Riva, que está *on-line*, com Covid. Cumprimento os demais Vereadores *on-line*: nossa Vice-Presidente Rute Costa, Juliana Cardoso, Marcelo Messias e Gilberto Nascimento.

Na semana passada, tivemos a primeira audiência, Presidente, e, apesar dos ânimos um pouco mais exaltados, acho que foram importantes as colocações. Todos os representantes do Conselho Tutelar fizeram as suas manifestações com relação ao texto. Eu expus aquela questão. Como eu era o Secretário de Gestão, na época, participei mais sobre a discussão da questão jurídica do plantão.

Tínhamos, ali, algumas limitações, pela caracterização do Conselho Tutelar, que não segue o Estatuto do Servidor e também é um mandato eletivo. É uma função híbrida. A Procuradoria mencionou algumas questões, que foram trazidas para a Comissão. Então, dessa parte, especificamente, eu participei ativamente. São questões jurídicas e não podemos colocar na lei questões que depois não se sustentam juridicamente. Então, elas têm de ficar, realmente, de pé, como usamos na expressão, no linguajar jurídico, mas colhemos todas as informações dadas.

Depois, falei com parte da Comissão, com a Neia, com o Neto. Pedi para que eles condensassem em um documento as sugestões. Ao mesmo tempo, o Líder de Governo, Vereador Fabio Riva, também conversou com as bancadas. As bancadas estão apresentando algumas sugestões de texto e eu acho que, ao final desta segunda audiência pública, voltamos, internamente, ao Governo, com os Vereadores e com a Comissão, para tentarmos achar um texto que nos leve a avançar em uma votação.

Acho que o mais importante é avançar na governança. Esse projeto está aqui desde 2016. São quase seis anos em discussão. Temos pressões, não só de vocês, mas também de

órgãos de controle. O Ministério Público vem solicitando à Prefeitura que implemente alguma governança, alguma questão relacionada aos conselhos. Então, eu acho que a ideia é que avancemos e, nos pontos polêmicos, cheguemos a alguns acordos, eventualmente deixando para regulamentação alguma questão que não seja de total consenso. A ideia é chegarmos a denominadores comuns, com os Vereadores e com a Comissão, que representam todos os conselheiros, e conseguirmos avançar, para ter uma nova governança. Esse projeto de lei está há tanto tempo em discussão. Que possamos levá-lo à votação. Então, essa é a disposição.

A Secretária Soninha também pegou Covid. Assim como o Líder de Governo, muitas pessoas, nestas últimas semanas, a têm pegado, mas há um representante da Secretaria que está nos acompanhando, de forma *on-line*. Há, também, o representante da Secretaria de Gestão. Então, o Governo inteiro está a postos. Há pessoas da Casa Civil, aqui, para continuarmos no debate, na segunda audiência pública, cumprindo todo o ritual de discussão, para que possamos, ao final, ter o avanço desse projeto de lei.

É isso, Sr. Presidente. Novamente, estou à disposição. Só peço desculpas de ter de sair às 11h, mas o pessoal da Casa Civil vai ficar aqui. *On-line*, estão tanto a Secretaria de Direitos Humanos como a Secretaria de Gestão, acompanhando a audiência, para que possamos avançar no debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário. É de Direitos Humanos? Não. Há algum representante?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, já comuniquei. Eu acho que ela não participa, mas, ok.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Sr. Presidente, deixe-me só fazer um registro da semana passada. Acho que é importante. Assim como estivemos na audiência pública do projeto de lei da Guarda Civil e fizemos esse registro, a Secretária Soninha foi Vereadora da Casa. É uma pessoa por quem todo o Governo tem um respeito imenso, como acredito que

tenham todos os Vereadores. É uma pessoa que tem ideais, que luta por aquilo em que acredita. É uma pessoa de um valor imenso. Na semana passada, provavelmente pegou Covid porque ficou acompanhando pessoalmente, a semana inteira, durante as madrugadas, com o Prefeito em algumas vezes, em vários centros de acolhida, para esses atendimentos por baixas temperaturas.

Então, é uma pessoa de muito valor e entendemos o posicionamento dos conselheiros, mas acho que temos de ficar sempre no debate, com respeito, respeitando opiniões diversas. Ela teve coragem de falar aquilo que pensa e deixou muito claro: “Isto é o que eu penso, mas quem dá a palavra final são os Vereadores.” Acho que é muito melhor a pessoa que vem e fala exatamente o que ela pensa do que fazer alguma coisa que não seja transparente. Então, eu entendo o calor. É um tema, para vocês, muito sensível, há tempos, com seis anos de discussão na Câmara, mas sempre pedimos esse respeito às pessoas. A Soninha é uma pessoa de muito valor, uma grande Secretária. O Prefeito confia muito nela. Foram os Vereadores, juntos. Mantenhamos, sempre, o debate, com respeito. Divergências nós todos vamos ter em vários assuntos, mas vamos manter sempre esse respeito, que é muito importante, que faz parte e que é fundamental para a nossa democracia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Fabricio. Vereador Sansão Pereira?

As inscrições estão encerradas. Por favor, passem-me a listagem.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Muito bom dia a todos. Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar os conselheiros tutelares pelo excelente trabalho que vêm realizando na cidade de São Paulo. São apenas 260 conselheiros, para atender uma população de mais de 12 milhões de pessoas nesta cidade. Eu tenho acompanhado de perto o trabalho do Conselho Tutelar. Como estava sendo dito, instantes atrás, vocês, que vão às delegacias, enfrentam situações em que se tem de estar muito bem, psicologicamente, mentalmente. Vêm a ter até consequências na sua casa, no seu lar, na sua família, as situações que vocês enfrentam diariamente. Então, eu quero parabenizar o trabalho do Conselho Tutelar, em primeiro lugar.

Quero cumprimentar o nosso Secretário Fabricio Cobra, o nosso Presidente Jair Tatto, o nosso Líder do Republicanos na Câmara, que está aqui, Vereador André Santos, as Sras. e os Srs. Vereadores.

Estive conversando com alguns conselheiros, diziam que já vinha sendo costurado, há algum tempo, um acordo, inclusive, já estava no papel, como o Sr. Secretário mencionou na época em que era Secretário de Gestão. Já estava participando, inclusive, com relação à questão do plantão noturno, que já estava até definido e que haveria um decreto para aprovar a questão do plantão noturno. Estava definido isso. Estava sendo conversado há tempo, mas houve uma alteração que definiu uma central. Já vinha sendo acertado uma coisa. Os conselheiros que conversaram comigo trouxeram essas reivindicações, essas demandas, como também a questão da Comissão de Ética, que já estava definido que seria somente para os conselheiros e foi alterado colocando o pessoal da Secretaria.

No que diz respeito à questão dos salários, eles fizeram uma proposta de seis salários, apenas 260 conselheiros, foi feito uma contraproposta de 3.400, se não me engano. Se isso fosse corrigido pela infração hoje daria 3.835 reais. Segundo informação que obtive, o Sr. Prefeito conversando com determinado Vereador - não vou mencionar o nome dele aqui - disse que chegaria a 4.200 mais o VA. Segundo informações que obtive desses conselheiros.

O salário dos conselheiros tutelares em Osasco é de 5.500 reais, em Campinas de 6.300 reais; em São Bernardo do Campo, 6.200; e em Paulínia, 8 mil reais. Então, tenho certeza de que o Secretário Fabricio Cobra, como também o nosso Prefeito Ricardo Nunes, são pessoas conscientes, humanas, justas e que eles vão buscar fazer o melhor em favor da cidade de São Paulo, em favor do Conselho e assim como todos os Srs. Vereadores que estão acompanhando. Tenho certeza de que vamos chegar a um acordo. Inclusive foi mencionado também a questão da capacitação. Foi oferecido um curso de capacitação, mas esse curso era apenas de informações básicas, mas precisa que tenham informações práticas. São pessoas que já são do Conselho, pessoas que já foram conselheiras, são preparadas tecnicamente e profissionalmente, que já tem uma vivência no dia a dia para que possam então dar essa capacitação.

Essas foram as informações que recebemos. Estamos aqui transmitindo ao Sr. Secretário e todos Colegas Vereadores e Vereadoras que estão nos acompanhando, a todos os conselheiros. Repito: o Conselho Tutelar pode contar conosco, pode contar com o nosso mandato. Nós reconhecemos o trabalho dos senhores. Reconhecemos a importância dos senhores na cidade de São Paulo.

Vamos lutar, claro, dentro de uma responsabilidade, dentro do consenso, para chegar ao melhor para todos, melhor para a cidade. Inclusive os conselheiros que tiveram comigo falaram muito bem de V.Exa., do Secretário Fabricio que deu toda atenção, que abriu um grupo. Esse é o perfil dele. Tenho certeza de que, no final, todos, a Cidade de São Paulo vai ganhar, os conselheiros, a população vai ganhar dentro do equilíbrio e daquilo que é justo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Muito obrigado, nobre Vereador. Presente o nobre Vereador Eliseu Gabriel, Presidente da Comissão de Educação, Esporte, Lazer e Recreação.

Passo a palavra ao Sr. Geraldo Henrique, do Conselho de Pedreira.

O SR. GERALDO HENRIQUE - Bom dia a todos os presentes. Embora o Neto tenha feito aqui a exposição da nossa ação conselheira e como somos mencionadas na cidade de São Paulo, vou falar um pouquinho da nossa atuação dentro da cidade. Muitas vezes somos acionados pela Polícia Militar e órgãos que não conseguem entrar no local. Comunidades que muitas vezes a Polícia Militar, a Guarda Civil Metropolitana tem dificuldade em acessar aquele local para levar informação da família que precisa pegar a criança, ir à delegacia ou muitas vezes no próprio equipamento Educação. Muitas vezes ligam para a gente às 18h00 dizendo que tem uma criança que ficou lá, criança de creche ou ensino fundamental, de primeira série, que a família não foi buscar. Daí os conselheiros têm que ir até o local, localizar a família, isso não deveria ser atribuições nossa, mas a gente acaba fazendo.

Vocês não têm noção da distorção de ação do Conselho Tutelar na cidade de São Paulo. Na pandemia, foi muito órgão que ficou de porta aberta: hospital e Conselho Tutelar. Todas essas demandas que vinham de famílias se evadiam no hospital com criança, muitas

vezes com diagnóstico que tinha que retornar para o hospital porque poderia ocorrer um óbito e eram acionados os conselheiros para fazer esse trabalho. Eu mesmo passei por algumas situações. Levava a criança em algum órgão, em seguida me ligavam avisando que aquela criança tinha testado positivo. Essa é nossa luta na cidade de São Paulo.

Estou no terceiro mandato como Conselheiro. Sou Conselheiro por Pedreira e, dentro dessa ação conselheira, somos conselheiros 24 horas – como foi dito aqui na outra audiência pública. Já houve situação que a uma hora da manhã bateram na minha porta para pegar informação do que fazer com aquela situação, muitas vezes se tratava de um aborto. Não tem como a nossa parte humana não falar mais alto.

Costumo falar aos conselheiros: quando você diz “não” para o delegado de polícia, quando você diz “não” para a rede geral, se você não conseguir bancar, não fala. Porque você vai bancar, muitas vezes, uma representação do Ministério Público. Não tem por que nós compormos uma Comissão de Ética, sendo que somos 260 Conselheiros na cidade de São Paulo, nós temos uma rede onde temos atribuições de fiscalizar. E normalmente somos colocados como serviço. Para vocês terem ideia, passamos até por fantasmas. Chega uma pessoa no Conselho e fala: quero que você dê um susto no fulano. Isso é real, gente! A própria rede não tem como compor uma Comissão de Ética, porque temos que fiscalizar essa rede e a parte dessa demanda que chega a nós, é a rede que tem que entender.

Outra questão: a Central de Atendimento. Como vai filtrar uma pessoa da rede, se é a rede que está provocando esse atendimento ao Conselho? Como vão filtrar essas demandas para chegar até os Conselheiros?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Passo a palavra ao Sr. Nildo Ferreira.

O SR. NILDO FERREIRA - Bom dia a todos. Vocês estão desanimados? Deveriam estar animados, como aquelas pessoas que estão lá na porta.

Primeiramente, estimo melhoras à Soninha, porque ela está com Covid, infelizmente no passado nós não podemos estimar as melhoras dos conselheiros que morreram de Covid

porque a Prefeitura, não podemos esquecer isso, não nos protegeu. Nós fomos nas favelas, nas comunidades, atendemos as pessoas sem máscara, nem de tecido, não tínhamos nem álcool em gel, mas fomos corajosos. Enquanto todo mundo, todas as Secretarias dessa cidade ficaram em casa, não podemos esquecer disso, então esse é o primeiro ponto que temos de pensar na valorização nossa, porque fomos corajosos. A gente podia ter falado, vamos ficar em casa, sim, e, na verdade, nós continuamos fazendo a nossa luta.

Vou pontuar duas coisas que o Jair trouxe aqui, que é realmente o gargalo que vamos ter que bater em cima mesmo, que é a Comissão de Ética e temos que analisar qual que é o sentido dessa Comissão de Ética. A Secretaria tem um objetivo de construir uma Comissão que vai fazer os conselheiros fazerem aquilo que não é atribuição deles, porque a Secretaria não consegue fazer, o município não consegue fazer, vejam quantas crianças têm em situação de rua porque não tem serviço atendendo. Olha o que que é a cracolândia, ninguém consegue resolver aquilo, porque não tem serviço atendendo.

Agora o super conselheiro vai resolver o problema que o município não consegue resolver? Temos que analisar qual é o perfil da Comissão de Ética que nós queremos, nós queremos uma comissão onde tenhamos o princípio da legalidade, nós não queremos conselheiro virando serviço, nós queremos conselheiro fazendo o serviço aparecer. O grande problema dessa cidade é que eles acham que os conselheiros vão substituir os serviços que já existem. Não, nós queremos a abordagem técnica, não abordagem de conselheiro louco que acha que vai salvar o mundo.

Outra questão que temos que pensar, não podemos esquecer das estruturas dos conselhos, a nossa estrutura foi uma tragédia, eu não tinha cadeira para me sentar, eu comprei a cadeira que eu sento e não é só cadeira, vamos observando tudo, se for lá no Conselho da Sé, é tudo muito lindo, tudo de doação, as pessoas não podem esquecer disso, toda essa estrutura como é que foi acontecendo.

Junto com isso inclusive, Jair, teve uma audiência de Finanças aqui porque existe um discurso errôneo, a Secretaria administra a verba dos conselheiros e ela tem a verba dela,

tanto que na verba dela, naquela audiência que o senhor estava presidindo, eles não tinham gastado 50%. Então, eles não são tão bons administradores como nós achamos, talvez, pode ser um projeto de lei para o futuro ter a casa dos conselhos, onde os próprios conselhos administram a verba que pertencem a eles, até porque a quantidade de licitações que existem, nós já sabemos qual é o final da história.

Então, eu acho que temos que pontuar duas questões importantes. A Comissão de Ética, a gente tem que ter uma comissão com princípio da legalidade, não queremos ninguém fazendo aquilo que não é para fazer, basicamente, qual que é o exemplo? Se tem uma criança em situação de rua, não é o super conselheiro que deveria estar lá, o Conselho vai zelar pelo direito, qual é o direito dessa criança? É um serviço técnico, fazer uma abordagem dessa criança lá, isso é basicamente o que o Conselho faz.

Por fim, pensar um grupo que não abandonou durante a pandemia, onde o país parou, aí tinha um Presidente maluco que achava que ia resolver com um comprimido, então merecemos sim sermos valorizados. Pior de tudo, a maior capital do país, eu estou dentro do Conselho da Sé, no olho do furacão, e vocês passam pela mesma situação, então a gente merece ter uma valorização do nosso salário também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador André Santos. Não há dificuldade, os Vereadores estão aqui numa defesa ampla, total e irrestrita de vocês, então, vamos ouvi-los e permitir que eles continuem as suas caminhadas, as suas agendas.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Ok, obrigado, Presidente Jair Tatto. Cumprimento o Secretário da Casa Civil, Fabricio Cobra, o Vereador Eliseu Gabriel e todos os Vereadores que estão acompanhando de forma *on-line*. Desejo a você, Riva, um pronto restabelecimento da sua saúde, à Soninha também.

Esse ponto aqui relacionado ao Conselho Tutelar tem várias situações que nós gostaríamos muito tempo, eu estava ouvindo uma pessoa dizendo que vai precisar de meia hora para falar, porque realmente tem muita coisa para a gente abordar aqui. Ainda bem que várias

pessoas estão falando e cada uma pontua algo que seja de fato interessante.

Uma das questões é a questão salarial, precisamos bater bastante nessa tecla, já tínhamos batido da outra vez que veio esse projeto para cá, porque hoje não há uma proteção para aqueles que defendem a situação das crianças, que defendem a cidade, porque acabam sendo um braço para o próprio Prefeito dessa cidade. Fica inviável eles fazerem um bom trabalho sem condições de pagar um advogado.

Quando alguém é acionado, é importante falar sobre isso, Fabricio, quando algum problema relacionado a algum conselheiro tutelar, hoje eles não têm uma proteção capaz... eu não estou me referindo a atitudes ilegais, eu estou me referindo a atitudes legais e que, muitas vezes, são entendidas como atitudes ilegais por parte de outras pessoas e querem colocar na justiça o conselheiro tutelar.

Então, se ele ganha muito mal, se o salário dele mal dá para ele pagar a sua alimentação, mal dá para ele sobreviver, como é que ele vai conseguir em meio a essas dificuldades todas, que é uma realidade da vida deles? Fora a questão que já foi mencionada aqui, de estrutura, que é uma estrutura muito aquém do que, de fato, é necessário, mas eu acho que para conseguirmos um avanço precisamos bater bastante na tecla da questão salarial.

Todas as questões de propostas que já foram apresentadas estão também sendo apresentadas. Nós estamos discutindo aqui inclusive com o Governo, é importante que você saibam, vocês não estão sozinhos, não é uma luta de vocês isolada, nós acompanhamos e apoiamos diversas eleições para o Conselho Tutelar e nós vamos trabalhar porque, se você vai fazer uma mudança de lei, essa mudança de lei não pode ser prejudicial, a mudança de lei precisa ser algo benéfico, tanto para os conselheiros, quanto para a cidade, para a estrutura como um todo, e é exatamente isso, tentando aqui o tempo de três minutos, é exatamente isso que nós vamos bater na tecla, no sentido de que esse projeto, uma vez passando aqui na Câmara, em segunda, vai ter que ser um projeto que passe com as condições que, de fato, permita a vocês terem avançado em relação a tudo que já vem sendo uma guerra, uma luta muito grande, por parte dos conselheiros tutelares.

Para finalizar eu quero parabenizar vocês, porque vocês trabalham por amor mesmo, porque não ter tempo para poder descansar, ser acionado a qualquer momento, você está com a sua família lá, de repente, de madrugada, alguém aciona e você tem que atender e ainda vivendo nas condições que vivem. Então, você precisa, de fato, amar muito o que faz e por isso pode contar conosco.

A Bancada do Republicanos já se coloca à disposição para lutar em relação ao que é necessário na questão do Conselho Tutelar e estamos mais uma vez agradecendo ao Secretário da Casa Civil, que pelo menos tem feito uma coisa que alguns não fazem, que é ouvir, ouvir é muito importante para você estar ciente da realidade. Ele tem feito isso, tem se colocado à disposição para poder buscarmos uma forma correta de melhorar a condição dos conselheiros tutelares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Bom dia, eu só passei para dizer que eu conheço alguns conselheiros tutelares, eu sei o trabalho deles, é um negócio seriíssimo, importante, fundamental. Sou Presidente da Comissão de Educação e, muitas vezes, chega um problema que quem poderia resolver é o Conselho Tutelar. Então, acho que precisa ser valorizado, viu, Secretário, o Conselho Tutelar, é fundamental na cidade que nós vivemos. Vemos os conflitos que existem, a exposição que vocês ficam sob ameaças, as dificuldades que vocês têm, o trabalho deles é absolutamente fundamental. É preciso não só valorizar o salário, como também dar mais condições para vocês trabalharem, mais condições, mais segurança, porque vocês têm um trabalho fundamental, é uma coisa assim incrível que vocês fazem, o que algumas pessoas me relatam como vocês atuam. Quero, Secretário, deixar aqui o meu apoio ao Conselho Tutelar, acho que a gente tem que pensar em fortalecer muito, progressivamente, porque é um órgão absolutamente fundamental para a cidade de São Paulo.

Muito obrigado um abraço a vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Eliseu. Secretário, basicamente,

V.Exa. pode usar a palavra para se despedir. Tenho certeza de que acompanhará, mesmo que de forma *online*. Quero dizer que, pela consulta que fiz, há alguns legisladores mais experiente que eu, é um substitutivo ok? Então, ou cabe um substitutivo para se contrapor a outro, que seria um caminho mais duro, difícil, mais longo; ou emendas ao substitutivo. Só para explicar pelo ponto de vista do Regimento Interno. *O.k.* Secretário, tem a palavra.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Vereador Jair, obrigado. Como eu havia falado, quero fazer dois registros primeiramente. Como todos os Vereadores falaram da importância, é por esse motivo que o Prefeito Ricardo Nunes pediu para que enviássemos substitutivo. É um projeto que está desde 2016, o que mostra a importância que o conselho tem e a sensibilidade do Prefeito para esse tema.

Desde o final do ano, a Comissão tem conversado. Ele pediu, no final do ano, para que avançássemos nesse tema. Agora, são temas que acabam, na verdade, envolvendo várias Secretarias – não só a de Direitos Humanos, mas Gestão e Fazenda. Então, o governo teve toda essa complexidade de conversa interna para que chegássemos ao texto. Tivemos algumas questões colocadas com relação ao texto pela Comissão. Estamos abertos, já estamos recebendo as contribuições das bancadas, dos Vereadores, da Comissão. Acho que o mais importante é a discussão do governo no sentido de se avançar nesse tema, que é tão importante.

Fui subprefeito, o Fernando também era da Vila Mariana, e sei da importância do trabalho de vocês. Tivemos lá várias questões envolvendo crianças. Eu estava até comentando aqui com o Jair. Uma vez fizemos reunião, colocamos assistente social, membro do conselho tutelar para tentar resolver algumas questões envolvendo aquela região ali da Saúde e Vila Mariana. Então, é um tema extremamente importante. O Prefeito tem nos cobrado desse avanço do projeto. Então, vamos caminhar e valorizar ainda mais o conselho tutelar, que tem uma função. Dou os parabéns primeiro para a Comissão, pois são bem aguerridos. Brincamos com a Lea, que, às vezes, briga conosco, mas acho eles representam muito bem, têm sido bastante combativos e pedindo muita coisa daquilo que vocês têm trazido para eles. É um trabalho diário deles, de diálogo com o governo. Acho que o mais importante é parabenizar o trabalho de vocês,

que é muito importante e envolve tema tão sensível, principalmente numa cidade como São Paulo, com 12 milhões de habitantes e tantas complexidades.

Então, quero colocar o governo à disposição. Há representantes na Casa Civil que estão *online* e ficarão aqui. No final desta segunda audiência pública, conseguiremos avançar com esse texto para que possamos submeter à deliberação dos Vereadores da Casa. Obrigado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O.k., Secretário, está liberado. Muito obrigado mais uma vez. Vamos seguindo. Estão todos aqui liberados.

Próximos oradores: Fernando, depois Jânio. Depois, inscrição do Toninho Vespoli, o.k.? pode ser assim: revezando entre Vereadores e conselheiros? (Pausa) O.k.. Fernando, com a palavra.

O SR. FERNANDO PRATA - Bom dia a todos e a todas. Queria cumprimentar a Mesa presente e aos que estão acompanhando *on-line*. Começo dizendo, Jair, que depois de uma longa história de estar no conselho e fazer parte dessa batalha, é difícil, estando aqui, não falar com emoção. E é por isso que às vezes a gente se estende. Porque muita coisa que não é resolvida chega a um ponto que, quando se vai colocar a solução, entramos no universo dos achismos. E, aí, eu vou fazer um paralelo. Quando a gente vai tratar a política pública, ela é desenhada, tem histórico, tem uma origem, tem o porquê de se ter chegado a um determinado desenho. Você sabe bem disso, você também tem uma história muito longa na política. O lugar que você ocupa na política hoje é um lugar de destaque, porque acabou sendo um lugar que apresenta a fragilidade mais iminente da sociedade brasileira: o lugar daqueles que não têm voz. Hoje nós do conselho tutelar estamos no lugar dos que não têm voz, dos que não têm política pública, dos que não têm garantia dos direitos mínimos e básicos. Por isso que a gente não consegue sair da emoção.

Fazendo ainda um paralelo de como as coisas se dão, a gente vê a história das pessoas que estão aqui. Todo governo que entra, todo Executivo diz que vai trazer pessoas técnicas para ocupar os lugares. Nisso, a gente acredita, e isso é importante, porque pessoas

técnicas não vão fazer interpretações que vão de encontro com a racionalidade de determinado órgão. Eu não posso fazer uma proposta contra a Casa se eu não conheço a legislação, os procedimentos. Eu não posso atuar contra o Ministério Público se todo o conjunto legal do Ministério Público não for respeitado. Isso tem um desenho institucional e valor histórico.

Aí, quando a gente analisa as pessoas que estão achando sobre o conselho tutelar, você percebe que se fala sobre tudo, menos sobre a política pública. “Eu acho”, “Eu entendo que”, “Na visão que tem que mudar”; mas, aí, a gente não viu política pública. Por isso, o comportamento do conselho tutelar. Tenho certeza de que todas e todos que aqui estão têm, sim, respeito por essa Casa, porque todos têm seus representantes aqui.

Nesse sentido, a nossa história fica desvalorizada. Como se desvaloriza o conselho tutelar? Não tendo política pública, tendo uma interpretação dentro de um substitutivo, de um projeto de lei tão importante, que regulamenta a políticas públicas. Isso aqui não é interpretação subjetiva: “Eu acho que”, “Na minha visão é que”; não. O Estatuto da Criança e do Adolescente é um conjunto de leis, inclusive alinhado à Constituição federal, que traz um conjunto de políticas públicas. Que políticas são essas? Assistência social, saúde, educação, segurança pública, lazer, turismo. E por que é importante a gente reafirmar isso? Porque tudo o que está sendo colocado neste realinhamento, desse projeto de lei, conversa com isso.

O conselho tutelar tem que se alinhar sobre isso, daí a discordância. E, aí, temos uma comissão de ética que não traz o peso desse órgão, que deslegitima o poder do órgão, a autoridade do órgão. Sim, o conselho tutelar é uma autoridade. Ele foi eleito, escolhido pela sociedade, assim como os senhores também foram. Aí, o que que acontece? É inacreditável a gente ter que discutir esse tipo de mudança, a qual já foi discutido e apresentado previamente. Esta Casa perde a oportunidade histórica de alinhar, de uma forma adequada, política pública. É uma coisa que a Cidade cobra.

Vocês viram que o conselho tutelar está em todos os territórios. Então, a nossa demanda é que esta comissão de ética seja tratada dentro da legalidade, como o nosso companheiro também colocou inicialmente. É legalidade, gente, não é achismo. Não é

corporativismo, não é autoproteção. Pesquisem, vão estudar. Qual comissão de ética de algum órgão é composto de forma mista? Eu pesquisei; vocês encontraram? Eu não vi isso no Ministério público, não vi entre juízes, não vi na Casa dos Vereadores, na OAB, no Conselho Nacional do Ministério Público. Fiz pesquisas a respeito. O Eliseu está aqui, ele é da área da educação. Quando a gente vai interferir em algum projeto, nós temos que estudá-lo.

Os dados apontam que nós estamos, sim, respaldados pelo nosso conhecimento. Há um *modus operandi* desta Casa e da sociedade ao tratar conselheiras e conselheiros tutelares como se não tivessem capacidade de pensar por si. Não falem sobre nós sem que nós estejamos presentes. (Palmas) Não decidam sem saber. Quando a gente verifica a importância, foi dito aqui e vocês sabem disso, até hoje nós recebemos ofícios e protocolos de órgão de extrema importância de executores de serviço. Está aqui o testemunho. Eles estão sob qual regime? De pandemia. E o conselho tutelar foi o primeiro a ser cobrado, mesmo não sendo um órgão executor. E para que esta Casa entenda por que nós falamos sobre isso – Eliseu, Tatto e todos vocês que estão *on-line* -, por que é importante nós batermos na política pública? Porque não vão mudar esses dados negativos. E não adianta a gente trazer ONU ou Unicef para fazer acordos de política pública para a Cidade se os desenhos das políticas públicas não foram, de fato, efetivados. Tem que haver isso. Tem que haver cobrança desta Casa. Todas as secretarias têm orçamentos. Todos os programas e serviços têm orçamentos. O orçamento da Câmara Municipal de São Paulo, da cidade de São Paulo é alinhado com verbas estaduais e federais; e nós sentimos isso na ponta do exercício do nosso trabalho.

Sabe quando nós sentimos, Sr. Jair? Quando você não é psicólogo e estão lhe cobrando que seja psicólogo; quando você não é médico e estão cobrando que uma criança que foi violada sexualmente. Vocês querem casos descritivos? Nós podemos trazer, e não há o atendimento, e quando não há o alinhamento de uma delegacia especializada em criança e adolescente, vítima de abuso sexual? (Palmas)

Quando nós não temos a Lei 13.431, que já tem cinco anos, e não se fala nisso aqui. Não se fala em CMDCA, não se fala em secretaria e não se trata com segurança pública. É disso

que nós estamos falando.

Sr. Jair, a sensibilização que nós tivemos praticamente junto a todos os gabinetes desta Casa foi de uma compreensão, e inclusive não sabem o que é o conselho tutelar. Ora, se não sabem quem nós somos, por que interferir em todas as discussões alinhadas à luz da legalidade? É importante isso. Por que mudar? É uma questão de vontade. E todos os gabinetes em que nós visitamos, independente de orientação política, foram unânimes, em reconhecer que realmente há uma mudança fora de uma constitucionalidade e fora de um reconhecimento do órgão do conselho tutelar. Reconheceram que essa comissão de ética vai contra totalmente ao conselho tutelar.

Para finalizar, é importante sim dizer que nós somos seres humanos. A gente também se emociona. Nós sabemos o que é se emocionar lá de madrugada, quando um delegado fala que vai mandar o carro na porta da sua casa, sabe onde você mora e qual é o seu nome. E para isso, nós precisamos ser valorizados. Nós tivemos baixa já, na Cidade, nesta semana. (Palmas)

Nós tivemos baixa de gente altamente capacitada para estar no conselho. E por que saiu? Porque não veio o avanço. Nesse sentido, o salário que está sendo discutido ainda, para quem sabe fazer conta - e você sabe muito bem que não é por acaso que você está nesta comissão - o nosso salário não chega próximo da nossa região da grande São Paulo e de territórios de suma importância de macrorregiões no interior de São Paulo.

Vejam: Nós não estamos indo além do que é possível. Esta Casa, junto com as bancadas, sejam de Governo, o que é considerado Oposição hoje? Dá até para se discutir. O que é Centro?

Vocês que estão nos vendo estão perdendo a oportunidade de fazer história e de cuidar da infância, porque nós precisamos, além do conselho tutelar, enxergar todo esse conjunto de políticas públicas que existem dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso é política pública de verdade.

Nós não estamos aqui só por nós. Parem de achar que conselho tutelar é o calcanhar

de Aquiles desta Casa. É o calcanhar de Aquiles da Secretaria da Assistência. Nós precisamos alinhar. O nosso trabalho aqui é chamar vocês também à responsabilidade; e valorizar essa categoria que está aqui, que fica lá; e o salário nem chega àquilo que é realmente uma média de um conjunto de cidades e territórios próximos. É muito importante que a gente valorize isso. Que isso fique claro; e que as pessoas que venham trazer dados aqui sejam também da área de conhecimento.

Sabem por quê? Porque nós verificando que as pessoas que querem trazer o conselho tutelar para uma supressão, um cala-boca, não são da área e não sabem o que estão dizendo. E é importante que a gente aponte isso, porque aqui há pessoas que têm história, que têm caminhada e que têm construção nos seus territórios.

Nós não estamos aqui fazendo movimento artificial. Isso aqui é real, é presencial. É infância, é política pública na veia e comprometimento com cada território desta Cidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Jânio.

O SR. JÂNIO – Eu vou falar aqui como falei na primeira audiência, sobre a questão da comissão de ética; e o Sr. Fernando falou muito bem aqui.

Na primeira audiência, a Secretária disse que havia feito uma denúncia no Cremesp de São Paulo; e ela percebeu que não aconteceu nada com o médico. Será que é por isso que a Sra. Soninha, por não ter o seu intento garantido, acha que as comissões de ética devem ser feitas por outras pessoas que não os próprios Pares?

E aí a gente percebe que a Câmara Municipal e a Prefeitura de São Paulo inovam, inovam, querendo colocar uma comissão de ética que não é composta por conselheiros tutelares. Ela coloca uma central de atendimento; e eu fico imaginando: Essa pessoa que vai estar lá sabe qual é a verdadeira atribuição do conselho? Ou será que vai ser mais um Disque 100, que nós vamos ter que ficar brigando, dialogando, que não é nosso papel? Então, são essas coisas que desagradam muita gente.

Por exemplo, quanto à questão de criação de novos conselhos, eu acho que aí

caberia até uma emenda dos Vereadores. Para cada conselho tutelar criado, poderia ser criado o serviço. Sabe por que, nobre Vereador?

Porque, nas periferias, o CDHU, a Cohab constrói um prédio. Coloca um monte de famílias e crianças lá, mas não constrói o posto de saúde e não constrói a escola.

Então, criar só mais conselhos tutelares e não criar serviço é sobrecarregar os que já existem. Então, esta comissão disciplinar inova, no sentido de haver pessoas que não são os próprios Pares. E eu disse aqui que aqui há uma comissão de ética. Como seria, por exemplo, uma comissão de ética onde os Vereadores sabem do Regimento Interno, onde os Vereadores sabem qual é o seu papel? Se houver uma pessoa de fora, por exemplo, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, como seria?

Então, na visão dos conselhos tutelares, que conhecem e sabem qual é o seu papel, e me parece aí que as pessoas - isso foi dito até por uma Promotora de Justiça - se o conselho tutelar for, a comissão de ética for feita só por conselheiros, não serão penalizados. A gente não pode vir numa lei já com esse pensamento.

Eu tenho certeza, nobre Vereador que, se for necessário cortar, na carne, essa comissão composta de conselheiros tutelares vai cortar. É certeza absoluta. O que não podemos é ficar na mão de quatro pessoas, que são a maioria, que não sabem o verdadeiro papel do conselho, e eu vou dar um exemplo aqui: Se houver uma criança em situação de rua e alguém liga para o conselho tutelar, dizendo: “Olha, há uma criança aqui.”, é assim, nobre Vereador, porque tudo que é relacionado à criança e ao adolescente, têm que chamar o conselho tutelar.

Infelizmente eu já tive conversas com Vereadores desta Casa e S.Exas. pensam também dessa forma. Não estou generalizando, mas pensam dessa forma. Estão com a cabeça no Código de Menores. Então, a promotora disse isso. Quer dizer, mas lá só é composto por promotores. E aí não podemos imaginar, porque já teve promotor cassado.

Então a Secretaria disse aqui que o Cremesp não funciona, e eu gostaria que ela estivesse presente, mas isso vai ficar registrado, porque funciona sim. No ano de 2018, pesquisa da Fapesp, ela diz que, de 2018 a 2022, foram 463 médicos advertidos; 13 foram cassados.

Agora não dá para a pessoa fazer uma denúncia no Cremesp e aí quem vai analisar se aquela atitude, aquele procedimento, daquele médico, foi correto ou não são os médicos! São eles que têm competência para isso.

Mas quem faz a denúncia acha: "Não, ele tem de ser cassado". E aí quando tiver essa denúncia? O Conselho vai ser acionado porque tem uma criança em situação de rua e o Conselho vai dizer para o munícipe: "Eu vou requisitar o serviço" - porque esse é o papel do Conselho - "Vou requisitar o serviço". E aí você vai requisitar o serviço, quem está fazendo parte da comissão sabe que é essa a atribuição do Conselho? Se essas pessoas não entenderem qual é o verdadeiro papel do Conselheiro Tutelar, eles vão ser sim pedidos à cassação.

E, aqui, Presidente, na primeira audiência, não se viu a fala de nenhum conselheiro, de nenhuma conselheira, dizendo ser contra a Comissão de Ética. Não é isso. Nós não somos contra. E não estamos pedindo nada mais do que, simplesmente, igualdade. Igualdade com os outros órgãos, apenas isso.

Eu fico também - e tenho de falar sobre isso - e eu já vou encerrar, Presidente, que é a questão do artigo 37. Uma lei municipal, primeiro dizer que o artigo 140 do Estatuto, ele diz que "são proibidos servir no mesmo Conselho" e esse legislador estatutário não proibiu candidaturas. E aí, Vereador, eu gostaria da atenção para esse artigo, porque ele começa dizendo que "são impedidos de se candidatar". Como é que uma lei municipal viola o direito do cidadão? Ela contradiz o artigo 5º da Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei. E nesse artigo fala da igualdade.

Então são situações que parece, eu vejo, que estão de ponta cabeça. A lei, ao invés de beneficiar, ela prejudica. A lei, ao invés de dizer que todos são iguais perante a lei, o camarada pode ser candidato, ele pode se candidatar, mas ela começa dizendo que são proibidos de se candidatarem. E, a parti disso, o que esperar do restante?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ok. Vamos seguindo, que eu quero ouvir os Vereadores que estão *on-line* também.

O SR. JÂNIO - Só finalizar aqui, Presidente, eu quero falar da remuneração.

Rapidamente, falar da remuneração. A remuneração dos Conselheiros Tutelares está em torno de dois salários-mínimos. Dois salários-mínimos que dá dois, quatrocentos e alguma coisa. E eu faço parte de vários grupos de WhatsApp de conselhos tutelares por esse Brasil afora e eu fico com vergonha, quando a pessoa, por exemplo, um conselheiro de Campinas - e foi dito aqui - pelo...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - De Paulínia, 8 mil reais. É o petróleo, não é?

O SR. JÂNIO - Oito mil reais. E aí como eu fico? Saio dizendo o que? "Você que é conselheiro aí na Capital como você ganha bem". Daí eu digo: "Não, eu ganho dois salários-mínimos". É brincadeira, gente. Tem cidades onde o Conselho Tutelar de cada região administrativa dessa cidade é maior do que muitas outras, e um conselheiro recebe 8 mil? Eu não estou com inveja de que um conselheiro receba 8 mil. Ele tem direito, está correto. Eu só quero ter igualdade para isso também. Obrigado. Presidente (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Jânio. Vamos seguindo. Vereador Toninho Vespoli? Eu preciso terminar ao meio-dia.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Presidente, eu queria saudar...

- Interferência sonora.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Vamos ver o áudio funciona bem. Vereador Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI - Queria saudar V.Exa. que está conduzindo a audiência pública, o Eliseu Gabriel, a Juliana, os demais Vereadores, pessoal do Governo que está assistindo a audiência público e a todos os conselheiros da cidade de São Paulo.

Não é ... os conselheiros tutelares... que é chover no molhado.

Queria dialogar um pouco, eu acho, com a fala da Secretária Soninha que eu respeito muito. Aqui é uma troca de ideias. Não estou aqui me contrapondo à Soninha pessoalmente. Fiquei até constrangido na outra audiência pública que teve. Mas eu discordo de algumas premissas dela.

Então quanto à questão de salário. Quando ela que não daria para balizar em Brasília. Eu peguei 4 cidades aqui, Vereador Jair, por exemplo: Barreirinhas, em Minas Gerais, o salário do Conselheiro lá é de três mil, seiscentos e trinta e seis, o orçamento daquela cidade é de 278 milhões, com 63 mil habitantes, dá um orçamento por habitante de quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro, se fosse dividir o orçamento por número de habitantes daria isso, quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro. A cidade de São Paulo tem um orçamento por habitante de seis mil, quatrocentos e cinquenta e um, ou seja, 48% a mais do que o orçamento por habitante, lá, em Barreirinhas.

Portanto, o salário, se fosse colocar 48% em cima de três, seiscentos e trinta e seis que eles ganham era para o Conselheiro Tutelar, na cidade de São Paulo, ganhar cinco mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte e oito centavos.

Vou pegar, por exemplo, Boa Vista, capital de Roraima. Lá o conselheiro ganha 3,7 mil de reais, só que o orçamento lá é 1,7 bilhões, com 436 mil habitantes. Então isso daria, por habitante, um orçamento de três mil, oitocentos e noventa e três reais, enquanto São Paulo é de seis mil, quatrocentos e cinquenta reais por habitante. Quer dizer que São Paulo tem 65% a mais de orçamento por habitante que Roraima. O salário na cidade de São Paulo do conselheiro, se comparado com Roraima era para ser de seis mil, cento e cinco.

Vou pegar o último exemplo, Vereador Jair, Suzano, aqui no Estado. Um conselheiro ganha quatro, trezentos e trinta e nove reais. Lá o orçamento é de 1,181 bilhões. Um bilhão, cento e oitenta e um milhões, com 303.397 pessoas. Isso dá um orçamento, por habitante, de três mil, oitocentos e noventa e dois. Quer dizer, 65% São Paulo tem a mais de orçamento por habitante. Se você colocar 65% em cima de quatro mil, trezentos e noventa e nove, era para o conselheiro ganhar sete mil, cento e cinquenta e nove.

Ou seja, aqui está mais que provado que o problema não é a comparação com outras cidades em termos não só de salário, mas também em termos de orçamento, quer dizer, o problema não é orçamentário. Nós temos 30 bilhões em caixa, não temos dívida hoje no Município de São Paulo. A decisão é política, é meramente política.

Aí falam assim: "Ah, mas 266 conselheiros, se tiver aumento, vai dar um impacto X", ué, mas nós temos orçamento para isso. Se formos pegar, então, porque, às vezes, o Governo se contradiz nos seus argumentos, porque, vejam, quando discutimos, no final do ano passado, projetos de lei que acabaram aumentando o valor de determinados cargos de comissionados do Governo, em cargos de chefia - que nós votamos contra - isso resultou num aumento de 40% para a maioria deles. E o Governo argumentava que a média salarial deles era 5 mil reais e que eles faziam atividades muito importantes e de responsabilidade e não poderiam ganhar só 5 mil reais.

Quer dizer, aí eu pergunto: "O trabalho dos conselheiros então não é importante para a cidade de São Paulo?" Eu acho que é um dos trabalhos mais importantes que tem em São Paulo, que é o trabalho dos conselheiros. Quem acompanha a vida deles sabe o estado de vulnerabilidade ao qual estão ligados todos os dias. E aí eu nem vou falar da falta de rede de proteção, que falta mesmo, e eles, muitas vezes, ficam com o "pepino" na mão.

Então, o problema não é orçamentário, e os dados desmontam um pouco a tese da Secretária; o problema é político, é de decisão política. Para 260 conselheiros, ser dado um reajuste salarial condizente ao Orçamento que tem a cidade de São Paulo, não é nada.

A última questão que eu queria abordar é a outra tese da Soninha. Eu acho interessante falar que na Comissão de Ética não podem ser colocadas só as pessoas que são da categoria envolvida, porque tem o corporativismo, e hoje esta Casa vai votar se há procedência ou não a abertura de processo de cassação de um vereador, e quem vai votar são vereadores. A tese de haver pessoas de fora da profissão compondo o Conselho é bem interessante, só que nessa tese tem o problema de não podermos tratar os Conselhos diferentemente, mas com isonomia.

Então, se brigássemos nacionalmente, em Brasília, para que todos os Conselhos de Ética tivessem um determinado formato, eu até acho que essa tese seria cabível, porque aí estariam sendo discutidos todos os Conselhos, mas se pode ver todos da mesma forma e querer que a Comissão de Ética do Conselho Tutelar seja diferente de todos os outros, porque a

isonomia estaria sendo totalmente quebrada. Então, ou brigamos para mudar tudo ou não se briga para mudar nenhum, porque não pode haver uma diferenciação de um Conselho de Ética, de uma Comissão de Ética em relação às outras Comissões.

Por isso, eu acho que essa tese é frágil quanto à questão da isonomia, e é por isso que eu sou totalmente contra. Agora, se fosse feito um movimento nacional para brigarmos pela mudança de todas as formas de atuação de todas as Comissões de Ética, aí seria discutível. Eu não estou falando que eu sou a favor, mas dá para ser discutido. O que não dá é para todas as Comissões de Ética serem de uma forma e só a do Conselho Tutelar ser de outra.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Toninho.

Tem a palavra a Sra. Neia.

A SRA. NEIA ARANTES – Bom dia. Primeiramente eu quero agradecer por esta segunda audiência e parabenizar o Vereador Jair Tatto, que é firmeza conosco e cuja condução eu gosto muito, sempre com muito respeito conosco. Também gostaria de agradecer a presença ao Secretário Fabricio Cobra, que infelizmente acabou tendo que sair, mas de cuja fala eu acredito ter extraído alguma coisa e, depois dessas duas audiências, nós vamos nos sentar com o Governo e com as Bancadas de Vereadores para produzir o melhor substitutivo a fim de essa questão prosseguir.

Agora vou falar com o coração. É muito interessante ouvir que nós trabalhamos por amor. Eu não sei quantos aqui fazem isso, mas nós temos que ser garantidores de direito. O que é isso em relação à questão da criança e do adolescente na cidade de São Paulo? O valor de 18 milhões para os salários não iria trazer impacto para esta Casa. Vereador Jair, você que é o homem do dinheiro, preste atenção nessa cifra: são 18 milhões mais ou menos, e é importante que entendam para dar cargo de seis salários-mínimos. Eu acho que nós estamos muito aquém de muitos municípios, inclusive pela demanda que há na cidade de São Paulo, que detém 50% mais um de toda a violência e violação contra criança e adolescente.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar os Vereadores que estão *online*, o Líder

do Governo, o Vereador Fabio Riva, que está com covid. Melhoras, Vereador.

Eu trago para vocês, pessoal, esta realidade: para nós discutirmos a infância, que é prioridade absoluta, esta Casa deveria estar cheia, inclusive com todos os Vereadores. Deveria ter não uma Comissão Extraordinária da Criança e Adolescente, mas uma Comissão Permanente, uma Secretaria que atendesse a essa questão na Cidade. Isso, sim, seria valorizar e determinar como prioridade absoluta a questão. Quando não se consegue enxergar esse contexto, acontece o que vem acontecendo: desmando e desvalorização de todo o órgão.

A situação da infância é precária na cidade de São Paulo. Quando se fala de Conselhos Tutelares, eu entendo a questão salarial, porque nós estamos nessa luta há muito tempo, mas há também a questão da estrutura, e nós precisamos disso tudo. Agora, ninguém falou ainda que o nosso objetivo maior e o desta Casa tem que ser a criança e o adolescente. De verdade, nós precisamos pensar o que está acontecendo com eles e defender a infância com garra, com luta, nem que seja com choro e com briga. Para mim, assim é a defesa do direito da criança e do adolescente, e é o que nós estamos fazendo aqui com esse substitutivo, que traduz a questão da cidade de São Paulo.

Uma fala que muito me interessou foi a do Vereador Sansão Pereira, que, além da importância da questão salarial, falou dessa alteração não ter prejuízo. Então, no substitutivo, esta Casa tem que pensar primeiramente na infância, o que isso vai impactar na infância. Esse é o nosso objetivo.

Eu não seria eu se eu não falasse o que eu vou falar agora, porque isso muito me incomoda, e eu preciso falar. Estamos tão preocupados com a questão salarial – que é válida e eu não estou diminuindo isso, porque é mérito, conquista nossa – que ainda não nos preocupamos com a questão de como é o processo de escolha nos Conselhos. Ninguém ainda se preocupou com isto: quais os requisitos básicos para se admitir candidato a conselheiro nos Conselhos Tutelares, e isso é uma preocupação.

Nós não somos inocentes e entendemos que é uma questão política, mas nós precisamos fazer um processo de escolha limpo, que dê condições de igualdade de

concorrência, condições de ter condições de ter os melhores para defender criança e adolescente nesta cidade. Não pode ser qualquer um. A criança de século XXI merece conselheiro do século XXI, aquele que é melhor capacitado, aquele que tem a melhor condição. Então, temos de pensar em como fazer esse processo de escolha. Esse processo de escolha, um salário de seis mil reais ou de quatro ou de aumentar, teremos muitas pessoas vindo concorrer. Como é que a gente vai travar a porta aí? É deixando a revelia? Não pode.

Esta Casa tem responsabilidade quanto a isso. E desculpem-me os grupos, com todo o respeito a todos que tenho e tenho mesmo, não estou falando deste ou daquele. Estou falando da responsabilidade de ter um processo que coloque pessoas que têm realmente condições.

Não podemos deixar que oportunistas aproveitem desse local que é um local que vamos defender os direitos das crianças e adolescentes. É isso o que precisamos garantir.

A questão muito séria é a criação de novos conselhos. O Jânio trouxe e é um perigo porque criam novos conselhos na cidade de São Paulo, mas não atendem a questão da família. Darei um exemplo básico: vamos pegar Sacomã e Ipiranga. Criou mais um conselho ali, mas não tem serviço. A família tem de sair da região dela para ser atendida em outro. Que incoerência é essa? Isso é incoerência. Isso não atende a necessidade do munícipe. Isso não dá acesso ao munícipe estar nas políticas públicas porque não ter serviços. Não tem CREAS dentro do Ipiranga ou Sacomã. Não tem CREAS no conselho de Cangaíba. Não tem CREAS em Parelheiros. Então, o que estamos fazendo aqui? Vamos dar a oportunidade de criar conselhos para substituir serviços que não têm na cidade de São Paulo? É isso?

Mais um ponto. Vou falar rapidamente da questão do plantão. Pegamos uma situação...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O problema é que precisamos fazer o encaminhamento. Eles podem querer pautar amanhã. Se a gente não...

A SRA. NEIA ARANTES – É só isso daqui. Essa questão do conselho. Já vou fechar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vocês querem correr o risco de amanhã estar no plenário do jeito que está?

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Por isso que estou pedindo pressa.

A SRA. NEIA ARANTES – Vou fechar.

Quero fechar com uma coisa: que esta Casa garanta, de verdade, a questão dos direitos da criança e adolescente. A questão do plantão é a seguinte: temos o plantão diurno das 8h às 18h. Nessa nova leitura que fizemos é que vamos atender conforme os serviços que aí estão. Os serviços das 8h às 17h que funcionam. Por que no plantão noturno não fazemos igual? Tem serviço? Então, não precisava ter o conselho. Se vai até as 10h, por que o conselho não vai até às 10h? É isso.

Teria mais coisa para falar, mas só quero deixar claro para esta Casa o compromisso com a infância em primeiro lugar, e com os conselhos tutelares que estão aguerridos.

Outra coisa, que antes desse PL ser aprovado, que façam, por favor, estou pedindo encarecidamente a todos os Vereadores que têm condições que façam uma coisa que seja justa e correta e que atenda a legalidade. Não façam as coisas para contemplar...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Neia.

Robério.

O SR. ROBÉRIO – Vou ser rápido.

Só para falar de uma questão que está no artigo 34, inciso IV.

Queria dialogar, Vereador Jair, com os nossos representantes que é com relação ao pedido de avaliação para as candidaturas. A gente queria solicitar a supressão deste inciso, porque começar inovar com mudanças de comissão de ética sem a participação dos conselheiros tutelares na sua totalidade e, agora, também vem com essa questão da avaliação. Se aprovar uma questão dessa, talvez a sociedade também tivesse que pedir avaliação para candidato a Deputado, Vereador, para Secretários, inclusive de Direitos Humanos.

Então, eu não quero tomar tempo porque eu vejo que há uma necessidade de encaminhar, mas queria, Jair, artigo 34, inciso IV, e reforçar a questão do artigo 140 do Estatuto bem lembrado pelo nosso colega Jânio. Não pode o artigo 37 ser superior a Lei Maior.

Teria muito mais coisas para falar, mas deixa para outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Robério. O último é o Júlio, porque o Anderson declinou.

Júlio Cezar de Andrade.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – Bom dia, companheiro Jair Tatto. Bom dia, companheiros Vereadores. Sou Júlio Cezar de Andrade, Covereador da mandata coletiva Quilombo Periférico.

Em primeiro lugar, é impossível a cidade de São Paulo com a maior arrecadação municipal da América Latina não aumentar e não valorizar o salário das conselheiras e dos conselheiros tutelares na cidade de São Paulo.

Outro elemento do PL que eu acho que é importante trazer é que o PL apresenta a questão de uma prova e já quero indicar que somos contrários a prova. Defendemos um processo de capacitação e educação permanente das conselheiras e dos conselheiros tutelares na cidade.

Outro elemento importante: a cidade de São Paulo não tem um diagnóstico preciso acerca dos dados de crianças e adolescente, uma vez que a cidade de São Paulo não tem cumprido a estrutura dos conselhos tutelares conforme prevê a resolução do Conanda. Existem equívocos históricos. Lá no passado, eu fui conselheiro tutelar e nós, conselheiros tutelares, lutamos coletivamente junto ao movimento da infância para modificação da Lei e, neste momento, é necessária essa articulação.

Sobre a comissão de ética, fui diretor do Conselho Regional de Serviço Social e éramos nós, assistentes sociais, que julgávamos os casos disciplinares éticos contra os assistentes sociais. Nesse caso dos conselheiros tem que ser os conselheiros e as conselheiras tutelares.

Finalizo sendo breve na minha fala. Acho que temos outra dimensão que a gente tem de discutir que, além de não ter a prova, além de ter uma recuperação salarial compatível com a região metropolitana de São Paulo, uma vez que 3.500 reais não é um salário decente para os

conselheiros tutelares que ficam 24, 48, 72 horas a serviço da defesa dos Direitos Humanos de crianças e adolescente.

Finalizo fazendo uma citação de uma grande companheira Maria Lúcia Barroco que vai dizer que a ética é uma dimensão social da vida posta pela moral e que a ética nos impulsiona a pensar criticamente a realidade. Então, a comissão de ética tem que ser composta pelos conselheiros tutelares desde que tenha um Regimento Interno construído pelos conselheiros, desde que tem uma norma de conduta construída pelos conselheiros.

Ressalto o nosso compromisso enquanto mandata coletiva Quilombo Periférico em defesa da estruturação dos conselhos tutelares, em defesa da remuneração. Estaremos em conjunto nesse debate cavando trincheiras, pois o conselheiro e a conselheira tutelar são parceiros intransigente na defesa Direitos Humanos de crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Júlio.

Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Presidente.

Primeiro, quero dar um abraço caloroso e de luta a todos os conselheiros e conselheiras representantes dos direitos da infância e do adolescente.

Não é de hoje a luta dos conselheiros tutelares na cidade na mobilização, articulação e organização popular, porque são os servidores que estão mais perto da vulnerabilidade social. São os servidores que sentem na pele quando a política pública não funciona; quando o Estado começa a fazer o mínimo e estende o fechamento de serviços na assistência social ou qualquer outra política pública, desde moradia, desde educação, trabalho, renda. São os conselheiros que enxergam quando o Estado não está presente.

Eu sempre digo, Presidente Jair, que eu não teria a capacidade de ser conselheira tutelar, porque ser conselheira tutelar é para quem entende a vida do outro e pega os casos mais difíceis e doloridos na vida da família, principalmente da criança, do adolescente e do jovem.

Passado isso, acho que está claro, nesta audiência pública - que eu participei desde

o início e ouvi cada palavra -, a relação dos pontos. O primeiro é claro que tem relação com o salário. Por isso que, desde o ano passado, você, Jair, enquanto Presidente da Comissão de Finanças, comigo e com outros Vereadores, temos enxergado no Orçamento e colocado no Orçamento, desde o ano passado, o valor estimado para o aumento. Só que esse aumento, que eles estão querendo impor, não é ainda o suficiente para cobrir esse período de inflação que esse desgoverno canalha do Bolsonaro faz e acontece, retirando os direitos da classe trabalhadora, inclusive dos conselheiros. Então, já há uma proposta específica, em que a Comissão foi dialogando com a Prefeitura.

O segundo ponto é a relação das provas. Então, vamos fazer provas, também, para os candidatos a vereador da cidade de São Paulo, para deputado estadual e para todos os candidatos. (Palmas)

Terceiro. É impressionante que a Secretaria não consiga compreender que precisamos de formação e de informação. É desse ponto – da formação e informação – que vamos caminhar e trabalhar para que tenhamos conselheiros muito aptos nesses espaços, garantindo os direitos da criança e do adolescente e da juventude.

Quarto. Relação de estrutura. Eu não sei se todos os Vereadores aqui têm a compreensão do quanto é importante ter estrutura para que os conselheiros possam receber as famílias, porque são casos sob sigilo, não pode haver exposição. Nós temos conselho que não tem nem sala. Às vezes, eles têm de ficar um perto do outro e é muito difícil uma mãe, uma criança ou um adolescente contar o que sofreu de violência. Então, tem de ter espaço sigiloso, só para que fique o conselheiro e a família para que possa haver aquela troca de informação e articulação.

Quinto e último. Tem dinheiro no Orçamento. O que é que está faltando de vontade política. O que é que está faltando, Vereador Fabio Riva, de vontade política de colocar o aumento para os conselheiros e realizar a estrutura necessária para os conselhos? Eu não consigo compreender. Tem dinheiro em caixa. E outra, Sras. e Srs. Vereadores da Base do Governo, por favor, não aceitem que o substitutivo chegue cinco minutos antes para podermos

fazer a leitura para a votação. (Palmas) Compartilhem imediatamente o substitutivo que vai para o Plenário para ser votado, para que ninguém diga, depois, que foi pego de surpresa. Afinal de contas, boa parte dos conselheiros também está dialogando com a Base do Governo.

Era isso, Presidente Jair. Muitíssimo obrigada...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vida longa aos conselheiros tutelares. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Então, companheiros e companheiras, vamos finalizando aqui.

É o seguinte: nós lembramos de todo o histórico. Em 2016, foi o penúltimo projeto que estava dentro de outro projeto. Quer dizer, não era um projeto. Ele estava dentro de outro projeto. É o que chamamos de “encavalhar”, e isso ocorreu com muita luta. Vocês estavam lá. Depois, de lá para cá, não houve absolutamente nada que tratasse a respeito. Eles pediram que se fizesse esta audiência, para que ficasse instruído. Ou seja, ele está em ponto de pauta. Mas constar na pauta não significa que vai ser votado. O que a Juliana coloca agora é o encaminhamento, que precisamos fazer. Então, hoje nós temos um desafio. Este projeto não pode ser votado amanhã, porque se o Governo quiser, põe.

Então, procurem o Líder Fabio Riva, claro, ele está com uma dificuldade hoje. Procurem os líderes dos partidos para que não tenham tanta pressa. Vocês já estão esperando desde 2016. Eu quero dizer o seguinte, se vocês permitirem um comparativo: existe o deputado federal, que não consegue falar com muita gente; existe o estadual, que cuida do Estado, e existe o vereador, que tem relação direta com a população. Vocês, muito mais. Eu diria que nós, vereadores, procuramos vocês para resolver problemas de todo canto da Cidade. Essas coisas precisam ser ditas de uma vez por todas: quem encara, a relação mais direta com o Poder Público são vocês. E está colocado que outras secretarias procuram vocês. Nunca tive uma informação de que um conselheiro ou uma conselheira se negou a atender. Vocês estão propondo uma comissão de ética formada por vocês. Vocês não estão dizendo que vão dar mole para alguém que fez algo errado, em momento algum. (Palmas) Vocês julgarão vocês, é isso?

Perfeito, então não há problema quanto a isso. Esse ponto tem de ser construído. Então, eu acho que o encaminhamento final é isso: não permitir que se vote.

Eu quero dizer a todos os companheiros e companheiras, são 16 representantes, é isso? O Neto coordena. Vocês estão sendo muito bem representados. Uma salva de palmas para essa coordenação. (Palmas)

Então, companheiros e companheiras, acho que o objetivo foi cumprido. Seria quinta-feira, mas não tínhamos espaço. Puxei para terça, hoje. Amanhã é um dia importante, porque amanhã nós faremos aquela audiência pública com o Secretário da Fazenda, sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, do 1º quadrimestre. Então, eu afirmo categoricamente, sem ter números na mão, que quando falamos que temos 30 bilhões em caixa, amanhã provaremos. Isso porque o Secretário vai dizer. Menos, eu garanto que não vai ter. Pode ter mais.

Então, definitivamente, é um absurdo, posso usar o termo mendigar? Eu vou falar 4.200 reais. É pouco demais. Não estou fazendo média, não preciso de palanque, nada disso. Se começar a comparar, vai ficando mais estranho.

Então, eu peço a vocês hoje para que se movimentem. Não precisam nem procurar a Bancada do PT e acho que a do PSOL também.

Vereador Isac Felix presente. Desculpe, Vereador, acabei não citando aqui. Está presente de forma *on-line*.

Então, eu acho que cada Vereador que esteve aqui, teve o seu compromisso, representando vários partidos. Então, de hoje para amanhã é isso: não pode votar. Pautar, pode, porque a pauta é extensa.

Muito obrigado a todas e a todos.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência pública.